

Processo nº 01450.015103/2007-13,

Solicitação de Registro da Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ, a ser inscrito no Livro das Celebrações, como Patrimônio Cultural Brasileiro.

Ilma Sra. Presidente do IPHAN.

Ilmos Srs Conselheiros.

Foi com satisfação que recebi da Sra. Presidente do IPHAN, Dra. Jurema Machado, a tarefa de examinar e opinar sobre o processo de registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, no Livro de Registro de Celebrações, criado para abrigar os rituais e festas que marcam vivência coletiva e religiosidade da nação brasileira e em especial pela renovada oportunidade de contribuir para a afirmação da política de salvaguarda do Patrimônio Imaterial, que vem sendo praticada de forma exemplarmente criteriosa e coerente pelo IPHAN a partir do decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000.

Sei da grande responsabilidade e sinto-me honrado pela missão que me coube, na qualidade de conselheiro integrante da Câmara do Patrimônio Imaterial de ser o relator do parecer final e submetê-lo à criteriosa avaliação deste Egrégio Conselho. Sou perfeitamente consciente de que neste ato estamos produzindo um documento que deverá ter consistência para resistir no tempo a eventuais questionamentos. E assim sendo, devo agora desincumbir-me da tarefa de transmitir a meus pares, uma síntese do vasto dossiê que me veio às mãos. Na verdade trata-se, mais uma vez, de um grande aprendizado e um privilégio de haver compulsado, ainda que por um breve período, valioso acervo de informações.

Cumpre-me desde já ressaltar a qualidade do material reunido pela equipe de especialistas e consultores. Este de agora, na sequência dos vinte e sete outros processos exitosos de Patrimônio Imaterial, já concluídos pelo IPHAN, certamente que nos aproxima cada vez mais de uma percepção holística e integral de cultura ou como nos afirma a conselheira Maria Cecília Londres no enunciado de obra publicada em 2003, nos conduz no sentido de uma atuação “Para Além da Pedra e Cal - por uma concepção mais ampla de patrimônio cultural”.

Observe-se que o Departamento de Patrimônio Imaterial, criado, em 07 de Abril de 2004, vem adotando procedimentos exemplares para registro dos bens culturais intangíveis. Não só no que se refere à metodologia consolidada para a realização dos estudos e pesquisas aplicados na composição dos dossiês como também, no ato contínuo de preparar material de divulgação de seus conteúdos, colocando-os didaticamente ao alcance da sociedade e dos meios acadêmicos, como forma de socialização das informações organizadas.

Minha tarefa foi realizada através dos procedimentos de visita ao município de Paraty e análise dos autos do processo. A necessidade de conhecer *in loco* o cenário vivo e o ambiente onde se celebra a Festa, bem como os representantes da comunidade envolvida, foi transmitida ao IPHAN, que prontamente atendeu à solicitação, proporcionando condições para me deslocar de São Luís do Maranhão até aquele município no litoral

fluminense.

Assim é que, em janeiro de 2013, visitei a cidade histórica de Paraty. O impacto da paisagem, de qualquer ângulo de aproximação é deslumbrante. Como cenário de fundo, se destaca de um lado, o extraordinário panorama das encostas verdejantes das montanhas da Serra do Mar, recobertas pela densa vegetação remanescente de um longo trecho da Mata Atlântica. Na outra perspectiva, a visão paradisíaca das águas verde-azuladas e ainda límpidas do Oceano Atlântico, banhando praias de areias alvas que bordejam pequenas baías e enseadas e um numeroso arquipélago de pequenas ilhas e marcado pela presença colorida de dezenas de embarcações de pesca, velereiros e escunas. No encontro formidável destas duas forças da natureza, o mar e a montanha, ergue-se a jóia de arquitetura urbana do centro histórico de Paraty. A região é por isto mesmo, pródiga em parques e reservas ecológicas, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina, sendo sem dúvida uma das mais preservadas do Brasil.

Na ocasião fui recebido pela arquiteta Paula Paoliello Cardoso, atual chefe do Escritório Técnico da Costa Verde do IPHAN, e pelo cientista social, Dr. André Bazzanella, que nos prestaram todo o apoio técnico necessário para o êxito da missão de reconhecimento, bem como agendaram as entrevistas com alguns dos personagens envolvidos na preparação da festa, protagonistas que são e herdeiros vivos daquela história que se perpetua há séculos.

Apaixonados por seu trabalho e envolvidos com inúmeras questões que dizem respeito à preservação da memória e da cultura eles me proporcionaram um caminhar pela cidade histórica e a conversa com moradores me propiciou, no pouco tempo que tive de visita, contatos com alguns personagens notáveis do cotidiano.

Portanto registro aqui os agradecimentos a estes e aos demais que contribuíram decisivamente para a elaboração do dossiê, tais como, Márcio do Nascimento Barbosa pelo apoio institucional e Cristina Maseda, da Associação Cultural Casa Azul; Elaine Maria Teles e Cíntia V. Tarrisse da Fontoura, Ex-diretora do Escritório Técnico do IPHAN em Paraty, atuando na época da realização dos estudos; de João Carlos de Oliveira Gomes, Rodney Dias Ribeiro, Jorge da Silva Santos e Cesar de Souza Medeiros, da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Também a Edson José de Oliveira, Flora Maria Salles França Pinto e Elcio Gonçalves, educadores que compuseram a equipe de pesquisa; e a todos os participantes da Festa do Divino, em especial ao Padre Roberto Carlos Pereira, pároco da cidade de Paraty, Lenita Aparecida Toledo do Prado Siqueira (in memoriam), Magda de Cássia Stanisce, Norival Rubens de Oliveira, Marly Cardoso de Barros e Themilton Tavares, que contribuíram com vídeos, fotos e cartazes antigos, ou com seus depoimentos e entrevistas.

No IHAP-Instituto Histórico e Artístico de Paraty, tive a oportunidade de ser recebido por sua presidente, a professora Maria José Rameck em reunião com o pesquisador e escritor Diuner Mello, também integrante da diretoria desta prestigiosa instituição, à qual devemos a iniciativa de solicitação para abertura deste processo, ambos protagonistas de consistentes carreiras na área cultural, plenas de meritória e abnegada atividade em defesa do patrimônio cultural de sua terra.

Na sequência tive o privilégio de uma visita ao Museu de Arte Sacra de Paraty, onde fui atenciosamente recebido por seu atual diretor, Júlio César Neto Dantas, profissional de papel decisivo neste processo pela sua longa atuação, como paratiense sempre presente na trajetória da preservação cultural de sua cidade, não só por haver sido responsável pela representação local do IPHAN, como por haver protagonizado um episódio singular e que lhe exigiu coragem e presença de espírito, do resgate da imagem de Nossa Senhora da Piedade que havia sido roubada, e que foi por ele reconhecida em um antiquário do Rio de Janeiro e do momento solene e emocionante em que foi feita a devolução para a comunidade, após mais de dez anos ausente de seu altar na Capela de N. S. das Dores de Paraty.

Também foi importante conhecer, guiado pelo antropólogo Pedro McDowel, a exposição “Os Nomes da Ciranda” sobre a música secular tradicional de Paraty, que além de animar os bailes tradicionais chamados de *chiba*, sempre tiveram um papel relevante na animação das folias do Divino. Ali encontrei minucioso mapeamento dos mestres cirandeiros da região, bem como exemplares originais de seus instrumentos tradicionais, como a viola caipira de 10 cordas, o pandeiro, ou adufo, violões, cavaquinhos, caixas de percussão e rabecas, durante a visita ao Museu do Forte Defensor Perpétuo/IBRAM e Casa da Pólvora, no alto de um morro que se situa logo acima do local de primeiro assentamento, na origem da cidade e de onde pude obter uma visão privilegiada da paisagem urbana.

Em Paraty mais uma vez se fortalece a ideia de patrimônio cultural sem separações. Ao contrário, nos sugere a noção de corpo e alma integrados, longe da rigidez cartesiana que divide patrimônio material e imaterial, que até entendemos e acatamos como necessária para disciplinar estudo e organizar ações administrativas no âmbito institucional, mas que não nos deixa perder a visão de que, quando tratamos de proteger o patrimônio cultural estamos falando de continentes que têm o seu conteúdo, de um corpo que tem a sua alma. Este processo da Festa do Divino trata da encantadora alma de Paraty e ao trabalharmos na promoção de seu Registro como Patrimônio Imaterial, nosso olhar inevitavelmente se estende para a parte física da arquitetura e do urbanismo que compõe o seu corpo material envolvido profundamente com a parte intangível que aí está.

Assim foi que, ao conhecer o corpo da cidade, fotografando a arquitetura, percorrendo seu traçado urbano, tivemos também um ar de sua alma, no breve e humano contato com a gente em suas atividades cotidianas. Há aspectos muito peculiares como o fato intrigante e ainda não bem explicado pelos estudiosos do patrimônio edificado daquela cidade, de que, nos quatro cantos formados pelo cruzamento das ruas ortogonais, sempre só observamos a presença de maciços cunhais de cantaria em três deles. Certamente uma explicação técnica será logo encontrada para este detalhe tão marcante. Algumas teses já buscam a resposta. Seriam formas de marcar um novo alinhamento para as ruas por ocasião de uma reforma no urbanismo da antiga vila? Seria algum simbolismo que possa ser atribuído à maçonaria, como há vários outros inscritos na modenatura de algumas fachadas? Mas não consigo deixar de ver, na repetição dos três cunhais, uma caprichosa relação simbólica e anímica, ainda que involuntária, com a homenagem que liga secularmente esta cidade à terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Divino Espírito Santo.

E o percorrer das ruas de calçamento de grandes lajes, mas bastante irregulares, nos obriga a um caminhar mais cuidadoso (para não tropeçar). Mas o efeito de se observar dezenas de passantes, caminhando lentamente pelas ruas de pedra em que foi proibido o trânsito de veículos, transmite uma atmosfera de respeitosa veneração ao cenário histórico.

No curto espaço de tempo disponível falei com poucos, mas legítimos representantes das várias faces da vida da cidade, do sagrado ao profano. São pessoas envolvidas o ano inteiro na preparação das festas, onde se realiza uma das maiores tradições de romarias religiosas do litoral fluminense e para a qual vivem dedicadas dezenas de famílias paratienses que cuidam desta celebração com respeito e dedicação admiráveis e assim vêm mantendo as tradições do evento há mais de 300 anos, passando de geração em geração as obrigações de cuidar de cada detalhe.

Tive o privilégio de igualmente entrevistar a Sra. Benedita Vieira de Oliveira, a Dona Filhinha, tal como é reconhecida e respeitada no seio da comunidade como um dos baluartes desta celebração e que descreveu com grande carinho os procedimentos repetidos há décadas na liderança das equipes que cuidam das atividades de preparação da festa e em especial das refeições que são distribuídas gratuitamente em banquete popular para um grande número de participantes, no sábado, véspera de pentecostes como parte das mais tradicionais e relevantes do ritual da festa.

Não menos importante para minha missão de reconhecimento, foi uma visita à residência de dona Inácia Augusta de Oliveira onde presenciei exemplo de como a tradição se perpetua de geração em geração, no âmbito das famílias paratienses, através do profundo envolvimento com a organização dos festejos. Neste caso particular, de três gerações, já transmitida para sua filha Andréia Aparecida de Oliveira e já assumida também pelas netas Roberta Carmem de Oliveira e Silvia de Oliveira, muito jovens, mas igualmente imbuídas de responsabilidades para com a organização. Além do que, seu filho, Edson José de Oliveira, professor de arte, que já foi festeiro algumas vezes no passado recente, mas que tem sido o designer que há muitos anos coordena equipe de alunos na programação visual de estandartes e na decoração da Igreja Matriz. Ali pude fotografar modelos de indumentárias do Imperador e dos Vassalos, assim como ricos exemplares de bandeiras do Divino guardados como relíquias e testemunhos fervorosos dos anos em que esta família vem colaborando voluntariamente na preparação da festa.

Tomei-as como bom exemplo das inúmeras famílias que cuidam, com igual dedicação e por herança devocional, passada de geração em geração, dos detalhes da festa e da ornamentação do casario no trajeto das procissões e dos pontos de sua realização que são distribuídos na malha urbana do centro histórico. Eis que a Matriz, de invocação dedicada a Nossa Senhora dos Remédios e a Praça da Matriz, conjugadas com o endereço eventual da residência do festeiro de cada ano são os polos que definem os trajetos principais percorridos pelos cortejos no período da festa. Neste contexto a população de Paraty comparece em peso nas procissões do culto religioso para que se conduzam as bandeiras do Divino, os objetos de culto, como o resplendor e a coroa de prata, a pomba do Divino e o globo que simboliza o mundo, produzindo efeitos de grande comoção religiosa em milhares de romeiros que acorrem à cidade.

A organização da festa movimenta a comunidade por todo o ano e sua preparação é fruto de trabalho coletivo sempre liderado por um festeiro, escolhido pelo pároco a partir de manifestações enviadas previamente pelos interessados. Compreende ainda harmoniosa conjugação de esforços entre a Paróquia local, encarregada da parte litúrgica e a Prefeitura encarregada da parte profana, como barracas de quermesse, shows e jogos. As casas do centro histórico são enfeitadas de branco e vermelho. A população engajada participa com entusiasmo fazendo as doações e todo tipo de apoio na maioria das vezes para agradecer graça alcançada ou realizar promessa.

Cumpra aqui registrar também o emocionante encontro com o músico cirandeiro Benedito Ricardo de Jesus, conhecido como Ditinho Cirandeiro, em sua residência no bairro Ilha das Cobras e a longa conversa que tivemos sobre o papel dos grupos musicais como o dos “Sete Unidos”, todos irmãos ou parentes muito próximos que ele comanda há mais de 40 anos e sua participação premiada e reconhecida, imprescindível não só nas festas do Divino como nas demais festividades da cultura popular caiçara e paratiense, mostrando que a ciranda funciona de fato como um denominador comum às diversas manifestações culturais das festas ao longo do ano.

Importante ressaltar que este Mestre Cirandeiro é também um exímio construtor de canoas caiçaras. O que nos revela como essas manifestações se misturam no protagonismo de seus intérpretes, de tal modo que um mesmo representante da comunidade é partícipe de diferentes atividades expressivas da cultura local. As mesmas mãos que dedilham as finas cordas de uma viola caipira manobram com maestria uma enxó goiva na escultura bruta da construção naval, no artifício de seguir as 25 linhas que desenham o perfil resistente de um casco monóxilo. Certamente que, na medida em que o modo de fazer da canoa caiçara venha a ser reconhecido, o Mestre Ditinho também será citado como um dos expoentes desta outra arte.

No dossiê que recebi além dos dois volumes do processo propriamente dito encontrei seis anexos e nada menos do que treze apensos, contendo rica documentação técnica na forma de centenas de Fichas do Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC, vasto acervo iconográfico, fotos, entrevistas e depoimentos de representantes da comunidade atestando sua participação e interesse na proposta de registro, uma rara sequência de documentários em vídeo realizados a cada ano desde 1993 até 2002 contendo depoimentos históricos dos principais personagens envolvidos. Pastas com folhetos, recortes de jornais, comprobatórios da repercussão na mídia e da importância de que se reveste a festa para aquela comunidade, materiais de pesquisas e relatórios técnicos, fichas de cadastro, cartazes da festa de vários anos.

Não por outro motivo, se pode atribuir à contribuição de tantos pesquisadores e protagonistas da festa, o excelente resultado da documentação reunida neste dossiê e que reúne estudos elaborados entre 2008 e 2010, como fruto de intensiva atuação dos técnicos da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro atualmente sob o comando dedicado da Sra. Maria Cristina Vereza Lodi, em colaboração com o Instituto Histórico e Artístico de Paraty, dos quais passo a me ocupar, com intuito de lhes oferecer uma síntese fiel das informações, que permita estabelecer um juízo sobre a proposta, explicitando valores através dos quais se justifica a ação solicitada.

Assim é que, ao examinar os autos deste processo, pude constatar que o mesmo está muito bem instruído e atende às normas exaradas pelo IPHAN no tocante ao artigo 4 da Resolução n 001, de 03/08/2006 e irei destacar as peças mais relevantes:

1- O processo se origina com os encaminhamentos protocolares do documento exarado pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty, datado de 15 de junho de 2005 contendo solicitação para as providências para que a festa do Divino Espírito Santo da cidade de Paraty seja registrada como Bem Cultural de Natureza Imaterial, dirigido ao Presidente do IPHAN, e assinado por Maria José dos Santos Rameck,

2- Em 13/11/2007 o memorando n 0564/07 assinado pela Gerente de Registro do DPI, Ana Cláudia Lima e Alves, dirigido ao Sr. Carlos Fernando de Sousa Leão, então Superintendente do IPHAN/ Rio, comunicando a abertura do processo administrativo e o encaminhando a Superintendência do Rio com solicitação de anexação de documentos e informações complementares conforme o que determina o artigo 4 da Resolução n 001/2006; Também definida a necessidade e a recomendação de realização do INRC a fim de subsidiar os estudos para o registro;

3- Em 01/02/2008 Mônica da Costa, Assessora da 6ª SR/IPHAN encaminha à Gerência de Registro do DPI através do MEMO n 42/08, assinado por Livia Ribeiro Lima, técnica em Ciências Sociais, um lote com os seguintes documentos complementares ao pedido de registro, que haviam sido solicitados pelo DPI e que foram reunidos pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty. São eles: 3.1-Justificativa do pedido de Registro; 3.2-Denominação da Festa e grupos sociais nela envolvidos; 3.3- Calendário Anual; 3.4- Informações gerais; 3.5- Anexo de excelentes obras publicadas sobre a cidade e a festa; tais como: **“Paraty: religião e folclore”**, lançada em 1974 por Thereza Regina de Camargo Maia; **“Parati: a cidade e as festas”** de autoria de Marina de Mello e Souza em 1994; **“Festa do Divino Espírito Santo de Paraty – Manual do Festeiro”** de Diuner Mello em 2003; e o **“Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty.1801 – 1883”**, de Maria José Rameck e Diuner Mello também editado em 2003. 3.6- Sequencia de dezenas de abaixo assinados de representantes da comunidade paratyense endossando a solicitação de registro;

4- Em 31/01/2011 o Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro, através do Memorando n 0046/2011 dirigido à então diretora do DPI, Dra. Márcia Sant’Anna encaminha o Dossiê Descritivo de Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, RJ, elaborado de 2008 a 2010, que passa a integrar o autos do processo com 113 paginas de precioso esforço de elaboração textual compilação de informações e pesquisas. Na sequencia do dossiê está o Parecer Técnico da lavra de Livia Ribeiro Lima;

5- Em 04/03/2011 através do Memorando 0321/11 a Sra Mônica da Costa encaminha à Coordenação de Registro do DPI, documentação complementar adicional como fotos, Termos de doação de objetos para o dossiê de Registro;

6- Em 07/04/2011 novo Memorando de Assessoria do Gabinete do IPHAN /RJ encaminha os documentos originais que faltavam anexar ao dossiê, bem como os Estatutos do Instituto Histórico de Paraty;

7- Em 22/07/2011, através do Memorando n 036/11 a Coordenadora do Identificação/DPI, Mônia Silvestrin encaminha à Coordenação de Registro duas Notas técnicas: a primeira de n 07/11 CI/DPI de autoria de Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante, contendo avaliação do Inventário realizado entre os anos de 2009 e 2010, pela Superintendência do Rio e com vistas a subsidiar análises. A segunda Nota técnica 09/11 de Luciana Borges Luz, realiza uma detalhada análise de todo o processo e finaliza sugerindo o encaminhamento do mesmo à Câmara do Patrimônio Imaterial;

8- Em 28/04/11 através do Despacho n 37/11 a Coordenação de Registro/ DPI o processo é encaminhado à Coordenação Geral de Identificação e Registro Ana Gita de Oliveira reiterando a sugestão de que o processo fosse encaminhado a Câmara do Patrimônio Imaterial para manifestação conclusiva.

9- Em 04/08/11, através do despacho n 46/11 GAB/DPI a Diretora do DPI encaminha o assunto à Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial;

10- Em 29/08/11 realiza-se a 19 reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial cuja ata de memória está anexada na parte final do primeiro volume do Processo e contém a avaliação da Câmara julgando pertinente o pedido e decidindo portanto pela instrução e o prosseguimento do processo;

11- Em 18/10/11 a Diretora do DPI Dra. Célia Corsino, através do Ofício n 215/11-GAB/DPI/IPHAN (já no segundo volume do Processo) Comunica a Sra. Maria José S. Rameck a decisão da Câmara do Patrimônio Imaterial;

12- Em 02/03/2012 através do Memorando 0148/2012 a Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro Sra. Maria Cristina Vereza Lodi, encaminha o material em DVD e CD de fotos com alterações solicitadas pelo DPI.

13- Em 09/03/12 o excelente parecer conclusivo n 07/12/CR/CGIR/DPI/IPHAN de autoria de Luciana Borges Luz expõe de forma organizada e metódica toda a trajetória do processo e seu conteúdo concluindo com opinião favorável pelo reconhecimento como Patrimônio Imaterial do Brasil. O referido parecer obteve a aprovação da Coordenadora de Registro Cláudia Vasques bem como da Coordenadora Geral de Identificação e Registro DPI/Iphan, Ana Gita de Oliveira;

14- Em 12/03/12 o Memorando 150/12 assinado pela diretora do DPI, Célia Corsino, encaminha o processo ao Sr. Procurador Chefe do IPHAN, Sr. Heliomar Alencar de Oliveira, assim como a sugestão de extrato para a publicação do Aviso no Diário Oficial da União;

15- Em 13/03/2012 o processo é distribuído para as mãos da procuradora Federal Genésia Marta Alves Camelo que por sua vez elabora um competente e circunstanciado

parecer, muito bem fundamentado e que nos garante a tranquilidade de um respaldo jurídico tão necessário aos atos desta natureza;

16- Em 03/04/12. Inclui-se no processo o parecer N. 063/2012 da PF/IPHAN/SEDE, devidamente aprovado pelo Sr. Procurador Chefe Substituto, Dr. Heliomar Alencar de Oliveira;

17- Em 04/04/2012 o processo foi encaminhado ao presidente do IPHAN para as comunicações de praxe aos interessados e posterior encaminhamento a este Conselho Consultivo;

Assim, constatamos que, do ponto de vista formal, os requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, foram largamente atendidos e estão presentes neste processo e a generosa informação encontrada no dossiê, passa a se constituir num bom exemplo de trabalho realizado para a necessária comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional do ponto de vista cultural, histórico, etnológico, antropológico e social.

Avaliando o sólido e diversificado conteúdo do dossiê se depreende uma síntese da história e da Festa do Divino. Não é difícil reconhecer como a história de Paraty é enriquecedora para a história do Brasil. O fato é que esta região se afirmou em seus primórdios como rota terrestre de comunicação ente o porto e as regiões interioranas de onde se localizava a riqueza extraída das cangas de ouro das Minas Gerais na rota que até hoje é chamada de Caminho Real.

No final do século XVI uma primitiva povoação instalou-se junto à praia do Pontal em Paraty também chamada de Vila Velha, na base do morro do Forte, estabelecida pelos paulistas da época, oriundos da capitania de São Vicente. Ao longo do século seguinte, essa povoação transferiu-se para a atual posição do centro histórico graças ao seu excelente ancoradouro e à proximidade com o Caminho dos Guaianás (nativos da região), que, subindo a Serra do Mar, dava acesso ao planalto paulista fazendo crescer a economia da região, concentrando grande número de engenhos de açúcar.

A primitiva povoação foi emancipada de Angra dos Reis por volta de 1660 e elevada à vila com o nome de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty em 1667 logo se destacou como importante porto comercial exportador primeiro de ouro e mais tarde de café e aguardente. No entanto, tal como ocorreu em muitas das cidades históricas brasileiras, fatores econômicos determinaram a paralisação de seu desenvolvimento, produzindo o efeito paradoxal da manutenção do casario antigo pela ausência de capital capaz de financiar um processo de renovação urbana.

De fato, ao longo dos séculos, aquela povoação passou por dois reveses que determinaram uma situação de isolamento. O primeiro deles foi ainda ao início do dezessete, com a abertura do “Caminho Novo”, criando alternativa de uma rota mais breve entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais e que desviou desta região a movimento das tropas de exportação de ouro e pedras preciosas.

Mais tarde, já no final do século XIX, a construção de uma ferrovia lhe retirou a primazia de ser ainda um corredor de exportação de café e aguardente que era produzida em grandes proporções em seus famosos alambiques e antigos engenhos de açúcar. A partir deste período o núcleo urbano voltou a sofrer com o esvaziamento econômico, mas a comunidade foi capaz de manter uma notável autonomia em seu isolamento e alimentou uma vida social ativa e introspectiva, cultivando suas tradições culturais e preservando por décadas a fio, o seu calendário de festas religiosas ao longo de todo o ano.

Nos anos 50, o crescente congestionamento das grandes cidades como São Paulo, fez despertar o interesse pelo ambiente tranquilo, de locais como Paraty e a beleza das praias e do casario original, atraíram investimentos no mercado imobiliário, reaquecendo a economia local pelas atividades de veraneio, lazer e turismo. Esta alternativa de crescimento econômico se consolidou definitivamente nos anos 70 com a abertura da Estrada Rio-Santos, rota privilegiada para um grande contingente de visitantes que transformou a cidade em polo turístico.

Em alerta justamente pelos efeitos negativos que a especulação imobiliária poderia acarretar sobre o conjunto histórico, surgiram as primeiras providências no sentido de proteção legal por parte dos órgãos de patrimônio. Assim é que, em 1945, Paraty foi elevada a condição de “Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro”. Já o reconhecimento do IPHAN se fez em 1958, com a inscrição do conjunto arquitetônico da cidade nos livros do Tombo das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. E em 1974, o tombamento foi ampliado para toda a extensão do Município de Paraty.

Quanto às Festas do Divino que se manifestam de norte a sul de nosso país especialmente nas áreas que receberam maior número de colonos açorianos no início do dezanove, as pesquisas encontradas neste dossiê indicam três origens prováveis para o surgimento da tradição. Uma reivindicada por Portugal, outra pela França e a terceira pela Alemanha. No caso de Paraty, a que parece mais bem aceita pela comunidade, e é defendida pelo pesquisador Diuner Melo, indica que o culto festivo ao Divino Espírito Santo é de origem portuguesa, tendo sido iniciado no século XIII, quando a rainha Izabel, ao visitar a cidade de Alenquer, teve um sonho que lhe inspirava a construir um templo em homenagem a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade.

Informa-nos o texto do dossiê detalhadamente sobre a evolução deste episódio original até chegar à festa de Paraty. Na sequência, além da construção da igreja a Rainha teria fundado uma confraria em 1296 conclamando o clero, a nobreza e o povo a tomarem parte das solenidades. Nesta ocasião abriu ao povo as portas do palácio para uma grande comemoração em honra do Divino Espírito Santo. Oferecendo um banquete e esmolas, convidou o mais pobre dos pobres a ocupar o lugar do Rei e determinou que o Bispo do Paço lhe colocasse a coroa real, e assim investido destes símbolos de poder, o pobre pode assistir à missa e às demais solenidades do dia.

Este gesto original, de simbólica generosidade e ostensiva humildade, pouco usual por parte de uma rainha, repercutiu grandemente na corte e passou a ser imitado em vários pontos de Portugal sempre na data da celebração dedicada ao Divino Espírito Santo. Nestas

ocasiões era enviado um representante do Rei e provavelmente vem desta prática a presença atual da figura de um personagem que representa o Imperador na Festa do Divino.

Transferida para os Açores e na sequência pelos colonos açorianos que a trouxeram para o Brasil ainda no século XVII, a festa do Divino se espalhou por todo o país, mas se adequando a cada região e adquirindo tons peculiares de acordo com as culturas locais. Esta transmissão do costume festeiro e religioso de origem fortemente lusitana chegou a ser tão popular e envolvente de todas as camadas sociais, que existem relatos de sua celebração até mesmo a bordo dos navios veleiros em suas demoradas travessias marítimas para a Índia, África ou Brasil, quando por acaso coincidia o período da viagem com a data de pentecostes. Há no dossiê longos textos detalhando este flagrante de migração de culturas como a transcrição de cartas de religiosos que se encontravam a bordo e testemunharam estes momentos:

“Dia do Espírito Santo se fez muito solene festa em nossa nau, porque costumam por honra de tal dia eleger imperador na nau, na qual servem todos, capitão e os demais por todo aquele dia. Estava a nau toda de festa embandeirada, toldada de guademecins muito frescos e com dossel de tafetá azul onde o imperador tinha cadeira. Houve à véspera canto de órgão, porque na nossa nau havia quem o sabia fazer e bem (...) Assim também, cumprindo meu ofício tive de coroar o imperador, porque o capitão dizia que aquilo se fazia para engrandecer a festa do Espírito Santo e por devoção e assim não havia que recusar. Depois de dizer a missa cantada fiz prédica ao Imperador, que com toda a sua corte, do que gente parece ficou contente (...) (Carta do Jesuíta Gonçalves Rodrigues, a bordo de um navio para a Índia em 1561. Apud Miceli 1994, p 172)

(...) A seguir veio um banquete, em que os fidalgos serviam o imperador, apesar de ele não pertencer à nobreza. E também o serviam o copeiro, o trinchante etc. Comeram depois os cortesãos do imperador e por fim serviram toda a gente ali embarcada, à volta de trezentas pessoas. (Carta do missionário italiano Fúlvio de Gregori escrita em Goa, a 3 de dezembro de 1583). Apud Miceli 1994 pp 172-3 (fls 46)

Segue o texto do dossiê observando que:

“Os elementos essenciais dos festejos descritos nas cartas tais como a missa, a escolha do imperador entre o povo comum, sua coroação e assento sob um dossel junto ao altar e a farta comida servida a todos são os mesmos que ainda existem nas cidades brasileiras em que se celebram as festividades do Espírito Santo, como Paraty no Rio de Janeiro, São Luís do Paraitinga em São Paulo, Alcântara no Maranhão, Lavras Novas de Minas e Diamantina em Minas Gerais, Pirenópolis em Goiás, entre tantas outras, como argumenta Diuner Mello (2003). O pesquisador paratienses remarca que há muitas semelhanças entre a Festa do Divino de Paraty e a Festa do Divino da Ilha Terceira nos Açores, da qual já teve oportunidade de participar”. (fls 47).

Aliás, esta semelhança com as origens da festa tal como é praticada nos Açores, é um dos detalhes que mais orgulham e motivam a comunidade paratienses em sua dedicação para manter a festa, como sendo um aspecto que a distingue das demais, que são realizadas em vários pontos do país.

Assim é que o pedido de registro por parte do Instituto Histórico e Artístico de Paraty apresenta as seguintes justificativas:

1. Existência e realização desta festa em Paraty desde o século XVII.
2. Manutenção até a atualidade de suas características originais conforme sua criação no século XIII por Isabel, Rainha de Portugal
3. No Portugal continental esta festa perdeu suas características originais que, no entanto foram mantidas até hoje nos Açores.
4. A total semelhança da festa de Paraty com a Açoriana enquanto que no Brasil em outras cidades ela foi sendo modificada ao longo do tempo.
5. É a festa religiosa mais importante do Município objeto de grande fé do povo local que dela participa ativamente;
6. Apesar de ter sido mantida intacta e preservada em suas características, com a modernização corre riscos de graves e irreversíveis descaracterizações.

Passo a transcrever a descrição do Objeto deste registro presente no excelente Parecer 07/2012/CR/CGIR/DPI/IPHAN de Luciana Borges Luz, que realiza ótima síntese, embora sem a pretensão de resumir em palavras, no espaço de nossos pareceres, a riqueza dos detalhes desta manifestação:

“A festa do Divino de Paraty, Rio de Janeiro se realiza a cada ano, a partir do Domingo de Pascoa, com o levantamento do mastro, e se desenvolve principalmente na semana que antecede o Domingo de Pentecostes. É uma celebração constituída por diversos rituais religiosos e expressões culturais como a procissão que segue da casa do festeiro e carrega os signos da devoção (quadro, bandeiras, bastão, o mundo e a pomba; a Folia do Divino, encarregada de anunciar e orientar todas as cerimônias inerentes à festividades, e que passa de casa em casa, visitando os fiéis, acompanhando as procissões etc.

O império do Divino, que consiste em cenário montado na casa do festeiro, onde ficam expostas as insígnias imperiais e as bandeiras; a Alvorada Festiva com a Banda Santa Cecília, que despertam a cidade no dia da festa; o bando precatório, encarregado da esmolação; as ladainhas, procissões, novenas, missas e a coroação do imperador e a representação da soltura de um preso. O almoço do Divino, a distribuição de carne abençoada e de doces, elementos de caridade e de colaboração. Também compõe a festa do Divino de Paraty, manifestações culturais como os chamados bonecos folclóricos; o boi de pano ou boi de festa, o Cavalinho e a Capinha, O Peneirinha e a Miota, ou Minhota.

Também são integrantes as chamadas “danças” apresentadas ao Imperador na praça da Matriz: o Grupo de Moçambique, em Paraty chamado de “marrapaiá”, que desce da vizinha cidade paulista de Cunha para participar da festa, as cirandas, a Dança dos Velhos e a Dança das Fitas. Além disto,

estão presentes os divertimentos como as competições esportivas, as gincanas, os concursos, os shows musicais, e de calouros. O Bingão do Divino, que acontece antes da festa, mas a integra por se um momento de socialização, de encontro e de interrupção da vida cotidiana, além de arrecadar recursos para a realização da festa. (fls 222/223)

E na sequencia Luciana Luz, nos proporciona uma análise bastante consistente, mencionando as estratégias de atuação do IPHAN DPI no sentido de reconhecer uma representação significativa desta manifestação no universo das festas do Divino no Brasil.

Analisa os debates técnicos que têm sido realizados no âmbito da Câmara do Patrimônio Imaterial, sobre como abordar aquelas festas cuja devoção é recorrente em todo o país e como avaliar e selecionar as que serão passíveis de serem reconhecidas como patrimônio cultural do País. A seguir defende como é importantes atentar em cada análise de pedido de registro de festa de Santo, para os elementos próprios específicos, que não encontramos no mesmo formato e com os mesmos sentidos e valores.

Nas festas de devoção recorrentes, como é o caso das do Divino Espírito Santo, os elementos básicos se repetem, porém estes se adaptaram às transformações sofridas pela sociedade local e integraram outros aspectos conforme as características da região e de sua história, e é essa dinâmica que faz de cada festa algo bastante específico, um objeto de análise complexo em si mesmo.

Em vários pontos de seu parecer, Luciana faz as necessárias articulações e se refere à semelhança com expressões de outras festas do Divino, como (na pag 9) em relação aos bonecos folclóricos que se apresentam durante o almoço do Divino no Sábado. Ou aos bois cujas brincadeiras e representações comparecem recorrentemente em várias outras festas pelo Brasil afora.

Ela também chama a atenção para as diferenças, como no caso da existência de um festeiro e de um imperador na Festa de Paraty, que coexistem como elementos independentes. (pg 10) Isto sem dúvida, é uma grande diferença especialmente no aspecto ritualístico em relação a outras festas do Divino e à de Pirenópolis em particular que já foi consagrada por este Egrégio Conselho.

Quero remarcar o posicionamento do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Menezes, defendendo o fato de que um bem para merecer este título, agora almejado pela comunidade paratienses, não pode deixar de ser regional e local, mas precisa obrigatoriamente ter a capacidade dialógica, ou seja, ser capaz de “conversar”, de transmitir valores para fora de suas fronteiras e desta forma naturalmente merecer o interesse nacional.

Finalmente encontramos no corpo do processo as medidas recomendadas para o Plano de Salvaguarda:

- Valorização da Festa do Divino no Calendário cultural da cidade; ampliando incentivos ao turismo religioso e melhoria nas condições de produção, reprodução e circulação do bem cultural;

- Sensibilização do poder local para a importância da Festa do Divino como evento sociocultural da cidade e não apenas de cunho religioso;
- Valorização das formas de expressão associadas à festa do Divino e de seus mestres e executantes;
- Promoção e divulgação do bem cultural.

Esta é, pois uma história que não deixa dúvidas, que se confirma em cada família, em cada cunhal de esquina, que se funde e se mistura com a história do povo paratiense que é o brasileiro. Ela está já de longa data, i-materializada no imaginário popular e foi extremamente significativo que a própria comunidade tenha encaminhado ao IPHAN, através do seu Instituto Histórico e Artístico, a demanda pelo reconhecimento.

E não posso deixar escapar a oportunidade de lembrar também que manifestações de religiosidade como estas, se revelam não só como repositório de conceitos sociais, antropológicos disponíveis ao melhor entendimento de nossa cultura urbana, mas como arquivo vivo, onde os estudiosos podem ler os signos que traduzem as origens culturais de nosso povo e da imensa parcela de contribuição que coube às tradições da fé na construção do país.

Entre todos os especialistas que a estudaram, já existe o consenso de que esta manifestação alcançou tamanha força e notoriedade por se constituir em movimento coletivo e popular de massa, mas também pelo desempenho das famílias e grupos religiosos que assumem a cada ano a responsabilidade pela organização da festa e individual de cidadãos, muitas vezes anônimos.

Importante reconhecer aqui e agradecer o papel dos intérpretes e músicos das folias, do Congado, do Moçambique e das agremiações, ainda dentre aqueles que atuam hoje no sentido renovador da forma de expressão, com seu talento inato, capacidade de liderança e entusiasmo na forma solidária de colaborar, de compartilhar e transmitir ensinamentos sobre a festa. Papel este que não foi esquecido, mas é tão profusa a lista e que se torna também arriscado citá-los para não incorrer em injustiças por omissão.

Ficou evidente em cada página do dossiê o indiscutível mérito da questão do riquíssimo patrimônio cultural que através da Festa do Divino, pulsa vivo no cotidiano de Paraty. Trata-se da oportunidade de penetrar na diversidade carregada de múltiplas expressões e é inegável reconhecer como estes aspectos foram brilhantemente abordados pelos especialistas em seus respectivos depoimentos e textos que constam dos autos deste processo.

Trata-se, portanto do reconhecimento de que o estudo de manifestações da religiosidade popular como o da festa do Divino tem permitido melhor entendimento sobre a formação do povo brasileiro. De fato, além das pesquisas antropológicas e etnográficas já realizadas, temos todo um campo aberto à sociologia urbana que pode ser traçada a partir da trajetória destas festas, em decorrência de sua grande vascularização e presença em todas as camadas da sociedade.

É também o retrato e o resultado de um modelo de economia baseado na mão de obra escrava, no latifúndio e na exportação em massa de produtos resultantes do extrativismo que se reproduziu de norte a sul do país nos tempos da colônia e império originando a concentração da riqueza e o paradoxo da construção de núcleos urbanos privilegiados em arquitetura e urbanismo como é o caso de Paraty.

Permite-nos assim identificar as criativas estratégias de sobrevivência de uma cidade que chegou a perder sua vocação econômica em dois momentos históricos. Primeiro quando ainda no século XVII, deixou de ser a principal rota de acesso às riquezas do interior do país. No segundo momento já no último quartel do século XIX, quando foi construída a ferrovia. Pois nestes dois momentos importantes quando a região perdeu importância estratégica isolando e marginalizando esta sociedade, os integrantes das irmandades que posteriormente deram origem às agremiações religiosas de cada uma das paróquias acabaram por se reunir sob o manto de organizações familiares e populares para a manutenção das festas religiosas como alternativa utilizada para aglutinar suas forças e sobreviver. Assim, fechando-se sobre si mesma em seu calendário de celebrações religiosas Paraty se manteve até os nossos dias e hoje ressurgiu com a força de ser um centro cultural, polo irradiador de cultura e turismo, que além das festas religiosas que atraem milhares de romeiros é sede de um dos mais importantes e bem sucedidos eventos de cultura do país que é a Festa Literária Internacional de Paraty, a FLIP.

Aproveito a oportunidade para renovar aqui a minha profissão de fé no ofício que desempenhamos neste Conselho, ao lembrar que: *“o ato de proteção, que está implícito na figura do registro, incide também sobre a autoestima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade envoltória. Ele confere valor e como valoriza, eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar. O Registro não é somente um ato jurídico e burocrático, mas uma estratégia de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa, e, portanto, um caminho para consolidar as perspectivas de continuidade para o futuro”*.

Reconhecer a importância e valor destas manifestações, que abrigam em séculos de sua história toda a carga cultural de arte popular, religiões e crenças, é favorecer a sua proteção e ao assim proceder, estamos cumprindo nossa obrigação institucional que é a de defender a cultura do país.

De fato o registro da Festa do Divino de Paraty se impõe, não somente pelo reconhecimento do seu valor como documento da história e da resistência cultural no Brasil, mas também pela necessidade de proteção e resgate de manifestações populares que abrigam importantes testemunhos e onde se preserva e transmite valiosas tradições e conhecimentos.

Com o passar do tempo, o que fora a religiosidade dos fiéis que exprimiam a necessidade de perpetuar as práticas que simbolizam a distribuição das riquezas e a justiça social em formas de ajuda aos excluídos, tornou-se expressão de alegria e otimismo e o povo paratiense soube fazer de sua fé, uma estratégia de sobrevivência. O fato é que a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty é hoje reconhecida como uma das mais notáveis

celebrações religiosas dos brasileiros e faz parte das que melhor representam nossa herança cultural.

Entretanto não podemos também nos esquecer de que o ato do registro representa mais uma grande responsabilidade ao IPHAN, no sentido de não permitir que se frustrem as expectativas daquelas comunidades, como objetivamente pelo fato de que amplia, e aprofunda seu envolvimento como instituição federal que já vem sendo desde o ato de tombamento do conjunto de seu centro histórico nos anos 1970, administrativa e legalmente responsável pela preservação daqueles bens materiais e imateriais.

Torna-se, portanto necessário envidar imediatos esforços para garantir ao Escritório Técnico local que seja fortalecido de recursos humanos e materiais, assegurando assim uma estrutura que venha a permitir uma integração nos trabalhos cotidianos de gestão do acervo a ser protegido, na medida em que propicie parcerias técnicas e administrativas entre os órgãos municipais, estaduais, a comunidade e o IPHAN. Nestes termos, seu funcionamento deverá possibilitar economia de meios e esforços, aumentando a rapidez e eficiência das ações, e trabalhando com critérios compartilhados e mais próximos da realidade local.

Para concluir, gostaria de sintetizar a impressão geral que guardei, ao me despedir após minha visita de reconhecimento. A cidade de Paraty, com seu valioso conjunto de arquitetura urbana bem preservada, compõe um belíssimo cenário de harmonia entre o patrimônio erigido pela mão do homem e o ambiente natural privilegiado, encravado bem no ponto em que o oceano Atlântico encontra as montanhas da Serra do Mar ainda recobertas pela natureza luxuriante da mata atlântica, e estes elementos constituem um ambiente integrado e perfeito para a gente que ali vive e trabalha, os paratienses, que com união e solidariedade, souberam manter suas festas plenas de alegria e religiosidade, seus costumes e sua cultura até os nossos dias como provas materiais e imateriais de que são também um belo testemunho digno e revelador da alma do povo brasileiro.

Manifestações como a Festa do Divino de Paraty, por se constituírem em importante foco de permanência da história e da cultura legitimamente nacional, não só tem relevância para o Estado o Rio de Janeiro e para o país, mas se revestem de um valor universal, como lição de religiosidade e humanidade. Concluindo assim, e reafirmando as recomendações e os pareceres técnicos e jurídicos que já integram este processo, declaro-me favorável ao registro da Festa do Divino de Paraty no livro das Celebrações como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Brasil,

Esta é a avaliação que submeto aos demais conselheiros.
São Luís, Maranhão, em 02 de Abril de 2013.

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès
Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN.